



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11º andar

ATA N° 8819136/2022

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento:	7.ª Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (<i>iNovaJusp</i>)	
Data:	09/06/2022	
Horário:	14h00	
Local:	Ambiente virtual via ferramenta <i>Microsoft Teams</i>	
Componentes da Mesa	Márcio Ferro Catapani	Juiz Federal Diretor do Foro
	Rodrigo Oliva Monteiro	Juiz Federal Vice-Diretor do Foro da capital
Processo:	0005902-93.2022.4.03.8001	

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA	O Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro Dr. Márcio Ferro Catapani deu início à Audiência Pública cumprimentando todos os presentes e explicando como se daria a dinâmica do evento.
PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	<p>Concluída a abertura, Dr. Márcio solicitou ao Diretor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - UPOF Cristiano Conceição Abílio que fizesse uma apresentação da situação orçamentária da seccional.</p> <p>Cristiano discorreu sobre a estrutura do Orçamento da Seção Judiciária de São Paulo - SJSP, dividido em quatro grupos: pessoal e encargos sociais (folha de pagamento), benefícios assistenciais (auxílios), assistência jurídica a pessoas carentes e custeio (de atividades e projetos). Explicou que a folha de pagamento é administrada pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, não havendo margem para movimentação dos valores apurados e recebidos. Da mesma forma os benefícios assistenciais, com a diferença de que o Conselho realiza a descentralização orçamentária anual para o nosso órgão, de acordo com o cadastro de beneficiários existente em um banco de dados. Que para o ano de 2022 temos ordem de repasse por volta de R\$ 40.000.000,00 de reais. Que esse valor tem se mantido estável ao longo dos anos. Quanto aos pagamentos aos profissionais que atuam em casos de assistência jurídica a pessoas carentes (advogados voluntários, dativos, tradutores, peritos etc.), disse que são realizados, de acordo com repasses mensais do CJF, com base em cadastro existente. A exceção dos casos em que é parte o INSS, visto que há dependência do orçamento do Poder Executivo para que ocorra a execução financeira. Explicou que o custeio diz respeito à manutenção do órgão, por meio dos contratos e obras. Que para este grupo há mais maleabilidade para direcionar os valores recebidos. Que este orçamento sofre reajuste anual pelo IPCA de acordo com a Emenda Constitucional n.º 95/2016. Que em sede de proposta orçamentária para o ano de 2023, prevê-se correção de 10,6%. Que há obrigatoriedade na execução de todo o valor recebido para custeio até o final de cada ano. Que a Administração empreende constantes esforços para que não haja sobras.</p>

Em seguida Dr. Márcio pediu para que cada Diretor de Subsecretaria Administrativa fizesse uma breve exposição de alguns projetos de suas respectivas áreas.

Jorge Cardoso Melchert, Diretor da Subsecretaria de Apoio Administrativo - UAPA, iniciou sua explanação falando sobre o projeto de revitalização do Complexo Administrativo Presidente Wilson, iniciado no ano passado, por meio da Subsecretaria de Contratação de Serviços Administrativos e Aquisições - UMAD, que consiste na reforma e revitalização do espaço onde ficam armazenados todos os materiais da Justiça Federal, o depósito judicial, além de dois núcleos subordinados à sua área. Trouxe à baila as dificuldades enfrentadas para a realização da gestão documental, tanto de processos judiciais quanto administrativos, dada a obrigatoriedade, por norma superior, de o trabalho de análise documental ser feito por um servidor da justiça. Afirmou que estão estudando formas de acelerar essa gestão, inclusive, por meio da colaboração de estagiários de áreas correlatas ao tema (direito, biblioteconomia, arquivologia etc.).

A Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação - UCIN Giselle Molinari Fessore, na sequência, fez uma apresentação das atividades desenvolvidas pelos núcleos subordinadas à sua área, bem como dos projetos concluídos e em desenvolvimento, tais como: migração dos sistemas Administrativos (SIACOR, diárias, arrecadação etc.) para internet; construção do servidor de índices para a Central Unificada de Cálculos Judiciais - CECALC; desenvolvimento da versão 2.0 do Sistema Predial; implantação da Biblioteca Digital da Justiça Federal da Terceira Região (BIBDIG-JF3R); coordenação geral das Bibliotecas da 3.^a Região pelo Núcleo de Biblioteca - NUBI; reativação do Museu da SJSP no Fórum Ministro Pedro Lessa; mapeamento e definição dos fluxos de trabalho da Central de Distribuição e Protocolo - CEDIS; criação do grupo de trabalho para a construção colaborativa do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS/JFSP; formalização do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência na SJSP; dentre outros.

Paula Gislaine Barcelos, representando a Subsecretaria de Compras, Licitações e Contratos - UCOL, destacou a publicação da Resolução CJF3R n.^o 78/2022, onde foram promovidas alterações na estrutura da Subsecretaria, com a adequação das atribuições desempenhadas pelo Núcleo de Compras, Licitações e Contratos - NULI, ante a criação do Núcleo de Planejamento de Contratações - NUPL, que possibilitou a separação das atividades exercidas na Seção de Licitações e resolveu a questão da segregação de funções, uma vez que o pregoeiro atuava tanto na elaboração do edital como na condução da licitação. Que atualmente o procedimento da contratação está divido em fase interna da licitação, sob a gestão do NUPL, e fase externa da licitação, sob a gestão do NULI.

Cintia Miluzzi, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - UGEP, apresentou diversos dados e números de sua área. Anunciou que estão em andamento os projetos de melhoria no sistema de folha de pagamentos, retorno da ginástica laboral e de movimentação de servidores. Ressaltou a falta de interesse dos candidatos ao programa de estágio da Justiça Federal, dando como exemplo a subseção da capital, em que dos 404 inscritos apenas 52 compareceram para prestar a prova. Por fim, mencionou o desafio de implementação do e-Social em julho deste ano, sendo este o foco no momento.

Na sequência, a Diretora da Subsecretaria de Contratação de Serviços Administrativos e Aquisições - UMAD Jane Albuquerque do Nascimento fez um breve apanhado sobre o projeto de digitalização de autos físicos, iniciado em 2018 e capitaneado desde 2020 pelo Juiz Federal Diretor do Foro do interior Samuel de Castro Barbosa Melo. Alegou que estamos na fase final de digitalização dos processos ativos. Que até o momento o grau de virtualização é de 97,36% do acervo. Que iniciada a virtualização dos processos suspensos/sobreestados. Que em continuidade a esse projeto trabalha-se em um contrato novo para digitalizar os autos na medida em que vão sendo desarquivados. Apontou outro projeto de sua área como sendo a licitação dos novos contratos de limpeza que serão implementados por meio de uma metodologia nova, por resultado, seguindo o padrão do Ministério de Economia. Que essa nova forma de contratação trará cerca da 25% de redução dos valores envolvidos, propiciando uma economia anual de algo em torno de R\$ 3.400.000,00 de reais. Mais uma ação abordada foi a centralização e virtualização das centrais telefônicas. Afirmou que o novo modelo de PABX em nuvem, além de possuir uma manutenção mais barata, permite que magistrados e servidores atendam e realizem ligações de qualquer lugar, por meio de computadores e aplicativos para celular. Por último, mencionou a contratação de um almoxarifado virtual, já usado por vários órgãos públicos, de forma bem sucedida, com significativa economia de despesas.

Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura - UMIN, fez um panorama sobre a implantação de usinas fotovoltaicas, voltadas para a

diminuição de consumo de energia, aliada a economia financeira e disseminação da cultura da sustentabilidade. Explicou que temos três projetos concluídos nos fóruns de Barueri, Assis e Presidente Prudente. Que para 2022, há previsão de conclusão em julho na implantação em São José dos Campos e que está em fase de estudos nas subseções de São José do Rio Preto, Araçatuba e Ribeirão Preto. Continuando na linha de redução de gastos, pontuou que sua área mantém constantes tratativas com os locadores dos prédios para diminuição dos valores com aluguéis, além de requerimento junto às prefeituras para isenção do IPTU, bem como busca de espaços compartilhados com outros órgãos públicos. Por fim, anunciou que a economia gerada, no período de 2017 a 2021, com a aquisição de imóveis, foi em torno de R\$ 6.500.000,00.

Dr. Márcio justificou o elevado valor solicitado ao Conselho da Justiça Federal para reformas a serem realizadas no ano que vem, em comparativo aos anos anteriores, pontuando acerca do início de duas obras de grande porte nas fachadas e caixilharias dos edifícios que abrigam os fóruns criminal e de execuções fiscais da capital. Explicou que há um ranking de prioridades a ser seguido na escolha das reformas, que leva em conta em primeiro lugar as questões de segurança e acessibilidade. Que boa parte das obras são de natureza essencial, visando garantir esses pontos, bem como a usabilidade dos edifícios.

Passou a palavra à Diretora da Subsecretaria de Saúde e Segurança - USAS, informando que a área em questão foi criada em fevereiro deste ano, para unir dois setores extremamente pesados e complexos, que precisavam ser priorizados.

Tatiana Mitiko Maruiti, fez uma breve explicação da reestruturação de sua subsecretaria, elencando as principais ações realizadas no ano de 2021, bem como os projetos previstos para 2022: contratação de ambulância para magistrados e servidores em situação de emergência em saúde; aquisição de licenças para atualização dos softwares dos desfibriladores dos sete maiores prédios da seccional e de testes psicológicos para subsidiar o atendimento da área psicossocial; execução do programa vivamente de acolhimento a servidores com problemas de saúde mental e do programa anual de imunização contra a gripe; prorrogação do contrato do plano de saúde para o interior por mais 30 meses e prorrogação do plano anterior para a capital com a AMIL; realização de campanhas de adesão para o plano de saúde do interior e da capital; nova licitação para o plano da capital com a Unimed Seguros; alteração da nomenclatura de agente de segurança para agente de polícia judicial; elaboração de diversas turmas de brigada de incêndio, bem como cursos e treinamentos aos agentes de polícia judicial; aquisição de diversos equipamentos de segurança (coletes, uniformes, detectores de metal etc.) e desfazimento de dezoito veículos da frota com previsão de aquisição de dois ainda este ano.

Por fim a Diretora da Secretaria Administrativa Marcia Tomimura fechou as apresentações agradecendo a participação de todos e especialmente o trabalho e empenho dos servidores da Administração. Afirmou que está sempre à disposição para conversar com todas as áreas a fim de melhorar os fluxos dos trabalhos, dado que praticamente todos os processos das subsecretarias acabam passando por sua diretoria.

DEBATES

Encerradas as explanações foi dada a palavra aos convidados.

Dr. Caio Moysés de Lima, Coordenador das Turmas Recursais de São Paulo, parabenizou a exposição dos projetos da seccional e apontou três questões que gostaria de colocar. Indagou se há previsão da disponibilização de dotação orçamentária para pagamento direcionado à assistência judiciária gratuita, dada a edição em maio deste ano de lei autorizativa para tanto. Questionou ainda se existe previsão de efetiva execução da reforma para o Juizado Especial Federal de São Paulo, com valor alocado na ordem de R\$ 3.000.000,00 para este ano. No que tange ao projeto de centralização das centrais telefônicas, sugeriu a criação de sistema de atendimento multicanal, com a formação de um banco de dados em que conste o histórico de atendimento dos usuários da justiça, facilitando o suporte a essas pessoas.

Dr. Márcio solicitou à servidora Jane que entrasse em contato com o Dr. Caio a fim de detalhar sua proposta para que possamos analisar sua viabilidade. Anunciou seu desejo de criação de uma Central de Atendimento ao Usuário, ponderando, entretanto, que esbarramos na dificuldade com o número de servidores. Afirmou que não há previsão para disponibilização da dotação orçamentária para pagamento das perícias, visto que dependemos de aprovação pelo Congresso Nacional de lei orçamentária, de iniciativa do Executivo, para que esses recursos sejam encaminhados. Que esse procedimento foge do âmbito de atuação do Judiciário. Se comprometeu, em contrapartida, a executar esse orçamento o mais rápido possível, quando o mesmo estiver liberado.

Passou a palavra ao Diretor do Núcleo de Infraestrutura - NUIN Renaldo Demeis para responder ao questionamento sobre a reforma do JEF, ao que este explicou que a contratação da obra ficou para 2023 e que a mesma abrange a modernização das instalações de climatização do prédio.

Marcos Renato Yamamoto Trombetta, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, expôs a grave defasagem salarial, agravada pela alta da inflação. Alegou que entende que a questão foge ao controle da Justiça Federal, propondo, entretanto, o investimento das sobras orçamentárias na saúde dos servidores. Chamou a atenção para o fato de que mesmo com essa defasagem, a categoria apresentou aumento na produtividade durante o período de pandemia e do teletrabalho.

Dr. Márcio lembrou que, com o aumento, por norma superior, do valor do auxílio-saúde, serão realizados todos os cálculos a fim de equacionar a sua execução, tanto para aqueles que recebem o auxílio em si, quanto para aqueles que utilizam o plano de saúde da Justiça. Explicou que sobras orçamentárias oriundas de outras rubricas não são passíveis de serem alocadas no orçamento para as Ações Médicas, Odontológicas e de Saúde - AMOS. Que essa é uma verba carimbada, com destinação específica. Que tentaremos fazer o possível para esgotar todos os valores referentes a AMOS.

Luciana Carneiro, representante do SINTRAJUD, indagou sobre o retorno da ginástica laboral; demonstrou preocupação com relação a higienização dos espaços dos fóruns, em especial, os banheiros, sugerindo que a limpeza seja feita mais vezes e em menor espaço de tempo; reforçou a fala do colega Marcos quanto ao aumento da produtividade apesar da defasagem salarial; sugeriu a realização de novos concursos para contratação de servidores; questionou sobre o concurso para contratação de agentes de polícia judicial e sobre as movimentações feitas com relação ao projeto de lei que trata da desjudicialização das execuções fiscais, levando à queda de arrecadação e comprometendo nosso orçamento e a prestação jurisdicional.

Dr. Márcio alegou que a eventual aprovação do projeto de lei de execução fiscal-administrativa foge à nossa competência. Afirmou que gostaríamos de nomear o maior número de servidores possível, preenchendo todas as vagas abertas, entretanto, não temos essa liberdade, dado que a descentralização de vagas é feita pelo Conselho de Justiça Federal, ao Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, que distribui essas vagas para as três unidades (TRF3, SP e MS). Que o número de vagas obtidas é sempre inferior ao número de desligamentos. Com relação à demanda de maior atenção quanto à higienização dos banheiros, solicitou que a orientação fosse repassada às unidades de apoio administrativo dos fóruns, que detém competência para decidir e equacionar o serviço. No que tange à ginástica laboral expressou a vontade de que a atividade retornasse.

Anna Karenina de Souza Macedo, representante do SINTRAJUD, trouxe à baila a demanda de vários servidores quanto à volta da VPN, que foi desativada por conta do ataque hacker sofrido pelo Tribunal. Aduziu que a mesma proporcionava que alguns setores pudesse participar do trabalho remoto e questionou se há previsão para o seu retorno ou substituição por outra ferramenta. Expressou preocupação quanto a possível substituição de servidores por estagiários com formação técnico-judiciária. Por último, perguntou sobre o repasse dos valores da tabela do plano de saúde em relação aos servidores que possuem o plano do interior, entretanto são vinculados ao Tribunal.

Dr. Márcio reafirmou que todas as tabelas do plano de saúde serão revistas. Sugeriu que as observações quanto à VPN sejam levadas a Secretaria da Tecnologia da Informação do Tribunal, para análise, visto que o 1.^º Grau não possui ingerência no assunto. Esclareceu que não pretendemos substituir a força de trabalho de servidores por estagiários. Que são forças de trabalho complementares, dentro dos seus âmbitos e suas funções. Reiterou que temos todo interesse em prover as vagas abertas para novos servidores.

A seguir manifestou-se o Dr. Antônio Carlos de Almeida Amendola, Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, que compartilhou conosco uma pesquisa conduzida pela AASP, chamada de "De Olho no Fórum", no tocante à Justiça Federal de São Paulo, realizada entre seus associados, durante o período de 27/05/22 a 03/06/22. Explicou que este ano a pesquisa continha um questionário com várias perguntas e que a cada uma delas o participante atribuía uma nota para a performance específica de cada vara. Asseverou a importância de se continuar o trabalho que vem sendo feito na seccional, observou a necessidade de se aumentar o investimento na área de informática e elogiou o atendimento realizado por meio do "Balcão Virtual".

Dr. Márcio esclareceu que vários investimentos relacionados à área de TI ficam a cargo do Tribunal, à exemplo do PJe, sendo certo que este custo é centralizado naquela instância, para investimento em toda a 3.^a Região. Que para termos um panorama mais preciso nesta seara é preciso analisarmos o orçamento não só da seccional, mas da 3.^a Região como um todo.

Dr. Artur Soares de Castro, da Procuradoria Regional da União - 3^a Região - PRU3R, cumprimentou a todos os presentes e parabenizou a Justiça Federal pela iniciativa de permitir a participação de outros órgãos e pelas apresentações realizadas. Testemunhou que vários problemas enfrentados pela Justiça Federal são os mesmos combatidos pela PRU3R.

Dr. Márcio deixou as portas abertas à PRU3R para colaborarem no que for possível na solução dos problemas em comum.

Em seguida Dr. Márcio respondeu à demanda formulada por e-mail pela Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 3^a Região Dra. Mariana Fagundes Lellis Vieira, no tocante à melhoria na performance do PJe, pontuando que a gestão e os investimentos nessa área são realizados de forma centralizada pelo Tribunal e que repassaríamos sua demanda à área responsável naquele órgão.

Respondeu, por fim, questionamento da representante do SINTRAJUD Maria Iris Graciano Lacerda sobre a possibilidade de utilização de verbas do orçamento JC (julgamento de causas) serem utilizadas em ações de saúde preventiva, advertindo que algumas dessas medidas podem ser realizadas e outras não. Que certos bens são adquiridos com verbas do JC, a exemplo dos insumos para a realização da vacinação de magistrados e servidores. Que em outros casos temos limitação de rubrica. Que deixaria anotada a sugestão de avaliarmos o que pode ser feito com relação à saúde preventiva, utilizando, se possível, as sobras do orçamento oriundo do julgamento de causas.

ENCERRAMENTO

Dr. Márcio encerrou a Audiência Pública agradecendo a participação e colaboração de todos os presentes e acentuou a disposição de estarmos sempre aprimorando nosso trabalho em busca de uma boa gestão da Seção Judiciária para, em última instância, alcançarmos uma efetiva prestação jurisdicional.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 14/06/2022, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8819136** e o código CRC **0821E5EB**.